

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de março de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Raimundo e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Pastor Sargento Isidório comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na sessão do dia 05/03/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho à tribuna nesta tarde, em primeiro lugar, para parabenizar a comissão presidida pelo nosso grande deputado Zó. E, hoje, de forma muito proveitosa, ouvimos técnicos do SEI e do IBGE, além de vereadores de diversos municípios da Bahia, onde foram encaminhadas diversas resoluções; dentre delas, uma reunião na cidade de Vitória da Conquista para tratarmos com os prefeitos daquela região sobre alguns problemas nas divisas, principalmente, entre Vitória da Conquista e Anagé.

Mas, Sr^{as} e Srs. Deputados, estou aqui hoje para expressar uma aflição que tenho junto a alguns questionamentos a partir da forma que venho conhecendo o governo da Bahia. Surpreendido fiquei e, até hoje, não consigo encontrar explicações de que nesta Casa esteve o secretário da Fazenda do Estado da Bahia e demonstrou que o caixa do Estado fechou em dezembro de 2014 em mais de 10% do orçamento para este ano, ou seja, R\$ 4,6 bilhões dos cofres.

Ontem, veio a esta Casa o secretário de Infraestrutura e ouviu o pleito de todos os deputados. Ele disse que o Estado não tem dinheiro. Os servidores públicos têm a sua data base em janeiro e estão angustiados, porque os seus salários estão corroídos pela inflação. E, até a presente data, o governo do Estado não manda a esta Casa a mensagem de reajuste para os salários e os vencimentos.

Procurou e encontro algumas razões.

Volto, aqui, a uma afirmação que fiz de que a visão estratégica deste governo é rasa e míope. Pesquisando, me deparei com o fato de se construir um sonho impossível. E, na falta de visão estratégica e de planejamento da forma PT de governar, eles sonharam construir o que não poderiam. Sonharam em construir uma ponte que não tinha condição de ser construída. Sonhar é possível e é desejado. É bom que se sonhe.

Mas não se pode tentar realizar sonhos com dinheiro público e jogar pelo ralo R\$ 90 milhões que já foram consumidos na ponte Salvador-Itaparica. Este sonho custa à Bahia. E o governo do Estado, hoje, admite que este sonho não será lavado adiante e causa um prejuízo enorme aos cofres públicos do Estado da Bahia. Foram gastos R\$ 90 milhões!

O secretário de Infraestrutura diz não haver para se reformar pequenos trechos de estrada neste Estado. Os funcionários públicos não têm direito ao seu reajuste.

Mas isso, deputado Herzem, é a forma PT de se governar. V.Ex^a dever saber da nossa querida Conquista. Ontem, a Coelba mandou cortar a luz da Escola Municipal Maria Célia Ferraz – pasmem! – por falta de pagamento. Os alunos daquela escola, certamente hoje, não terão aula, porque o governo do PT daquele município, deputado Herzem, não teve a capacidade de honrar com o pagamento da tarifa de energia elétrica de uma escola pública municipal.

Esta, portanto, é a forma PT de governar e pela qual não podemos concordar. São R\$ 90 milhões jogados em um sonho que não se realizará. E uma escola pública, no município de Vitória da Conquista, está com as luzes cortadas por falta de pagamento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O presidente Marcelo Nilo proibiu, mas o vice está autorizando. (Risos.)

Com a palavra a deputada Luíza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, deixando as provocações do deputado Adolfo, quero registrar a minha ausência por esses dois dias por causa de um diacho de uma virose que quase me acaba. Acompanhei um pouco os debates sobre as discussões acerca das manifestações de sexta-feira e domingo.

Quero, também, registrar a minha opinião. Acho que o nosso Brasil...

Antes de começar a falar sobre as manifestações, quero registrar, com muita alegria, a presença do meu vereador Neném de Pojuca que está nos assistindo. É uma honra tê-lo em nossa Casa. Apareça sempre, porque esta galeria é sempre assim vazia. É uma tristeza. Mas estamos nos acostumando. Obrigada pela presença e seja bem-vindo!

As manifestações de sexta-feira e domingo evidenciaram, mais uma vez, com muita clareza, o momento em que o Brasil vive. Acho que nós, políticos, não podemos entrar na onda e na onda, inclusive, da grande mídia onde vimos toda a sua tendência e todo o seu esforço na convocação da mobilização e na convocação da manifestação do domingo, principalmente.

Sentimos, aqui hoje, a Oposição muito feliz ao querer se apropriar de uma manifestação que não é dela. Nós sabemos disso, pois não deixaram ninguém falar. Mas vimos o seu candidato na televisão convocando a manifestação.

Acho que deveríamos deixar, deputado Adolfo, esta brincadeira de lado e pensarmos no momento em que estamos vivendo. Vi, em alguns momentos, manifestantes reagindo ou agredindo pessoas que estavam com a camisa vermelha. E não vi, em nenhum momento, manifestantes agredindo quem estava lá com a faixa pedindo a ditadura militar e outros horrores mais. Acho que o momento não é fácil. Em nosso Brasil, esta é uma situação complicada. Sabemos que a crise é internacional, mas que está batendo no Brasil.

Acho que a nossa presidenta precisa, urgentemente, afastar este ministro da Fazenda, pois o Sr. Levy não tem condição de permanecer. Estou vendo uma matéria dele no jornal de hoje pedindo para que os empresários tenham paciência. Os empresários não precisam ter paciência não. A proposta de ajuste é para beneficiar o empresário, principalmente o banqueiro a quem ele representa. Quem não pode mais ter paciência é o trabalhador que não pode pagar esta conta.

Nós não podemos aceitar os cortes que o Sr. Ministro tem apresentado para a presidenta e que ela está aceitando como cortar direito de trabalhador, para fazer determinados ajustes, inclusive com a história do superávit primário. Está errado isso.

O que temos de ver é que se precisa ter coragem de abrir a discussão, inclusive do orçamento do Brasil com a nossa população. Estamos vendo a história e o debate da reforma política. Pelo que sabemos, essas reformas não passarão por aquele Congresso. Ou a sociedade, hoje, entende a importância e a necessidade...

Nós, mulheres, precisamos nos manifestar. Ainda estamos em Março Mulher. Queremos fazer a discussão em nossa sessão especial, amanhã, 19 de março de 2014. Quero aproveitar para convidá-lo Neném, pois nós vamos fazer uma homenagem à nossa professora Ana Alice do Neim. Mas vamos, também, abrir essa discussão: o papel das mulheres nessa luta pela reforma política, porque, hoje, querer botar a culpa da corrupção do que aconteceu na Petrobras no PT, a gente vê que é realmente um absurdo. Investigar só o PT... Porque não investiga... Aqui diz que Aécio está pedindo para investigar Dilma. Ele também deveria pedir para ser investigado, porque o que vemos hoje é toda uma proteção, inclusive de parte da Justiça, à Oposição, principalmente os tucanos. E querer-se agredir o tempo todo o Partido dos Trabalhadores, como já disse e repito que não tem um partido melhor do que esse no Brasil.

Nesses 25 segundos que me restam, eu queria fazer um registro de aplauso para o Tribunal de Justiça da Bahia que prorrogou a Semana da Justiça pela Paz em Casa até o dia 31. Se as pessoas não conhecem o que é que está acontecendo, é uma semana em que eles estão fazendo audiências de instrução que envolva casos de agressão a mulheres, agora prorrogada por mais uma semana. Isso está muito correto. A desembargadora Nágila, que é quem comanda a Coordenação de Mulheres do Tribunal de Justiça, amanhã estará conosco aqui na sessão e quero parabenizá-la.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Zó.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, depois de um mês na Casa, comecei a perceber que as comissões são muito importantes. Queria fazer esse registro para discutir como vamos redimensionar os trabalhos dessas comissões, tanto as especiais como as comissões permanentes. Para fundamentar isso, quero lembrar que estamos em muitas comissões e não estamos conseguindo fazer o trabalho como deve ser feito. Ontem, por exemplo, discutimos nas comissões – eu, o deputado Fábio Barrozo estava lá, o deputado Adolfo Viana participou com muita força nas discussões, a deputada Neusa Cadore também esteve lá – a questão que levantei aqui na tribuna, o nível de água do Lago de Sobradinho. Tomamos algumas decisões importantes, alguns encaminhamentos importantes. Acreditando muito nesse trabalho, vamos fazer uma agenda com esses produtores, levantando a condição de

fazer, como foi feito no Cantareira em São Paulo, e se precisar iremos até lá ver os bombeamentos flutuantes para que possamos atender os nossos projetos irrigados.

O deputado Luciano Ribeiro esteve hoje comigo na Comissão de Assuntos Territoriais. Precisamos dar “gás”, precisamos dar força nesse trabalho. O deputado Pedro Tavares está em todas as sessões discutindo, ajudando. V.Ex^a, Sr. Presidente, já levantou uma discussão sobre essa região e nós precisamos... Ficou acertado que os deputados Luciano Ribeiro e Pedro Tavares vão procurar o deputado Sandro Régis, líder do seu bloco, e os deputados Rosemberg Pinto e Bira Corôa vão procurar Zé Neto para tratarmos principalmente dos territórios, para fazermos a lei nos territórios que ainda não têm a lei, que estão na Casa mas não foram votados, porque, até o final de abril, temos que votar para não implicar em problema para esses territórios, para esses municípios.

Então, esse papel das comissões, precisamos redimensioná-lo, porque eu, por exemplo, estou em algumas comissões. Já pedi, inclusive, a retirada do meu nome para que possamos fazer o trabalho como tem que ser feito. É importante levar essa discussão aos nossos líderes, ao Presidente, à Mesa Diretora, para ver como é que se redimensiona esses trabalhos.

Marcamos uma agenda, a pedido do deputado Luciano Ribeiro, para Vitória da Conquista onde temos três Adins: uma trata da região de Vitória da Conquista, a maioria naquela região. Precisamos discuti-las porque o trabalho da SEI, do IBGE é um trabalho muito benfeito. É um trabalho técnico de excelente qualidade que contribui muito com o trabalho da Comissão e da Assembleia, e nós precisamos fazer com que essa Adin seja retirada. Das três Adins, já há duas com as quais os prefeitos concordam em retirar, inclusive com a participação de deputados. O deputado Pedro Tavares fez uma ação juntamente com um prefeito de determinada região e esse prefeito também concorda em retirar, e, assim, possamos votar tanto os territórios de identidade como as divisões dos municípios onde não haja mais conflitos. Poderemos, definitivamente, fazer com que esse trabalho conduzido pelos deputados João Bonfim e Carlos Brasileiro e, agora, por mim possa andar como a população dessas regiões querem.

O deputado Bobô levantou questões sobre o território de identidade que engloba Jacobina e outros municípios vizinhos e também sobre a regulamentação da divisão territorial de outros municípios.

Então, nas duas Comissões, especialmente na de Agricultura e Política Rural, fizemos um trabalho com os agricultores envolvidos em projetos de irrigação da nossa região, que comporta Juazeiro e Petrolina e responde por mais de cem mil empregos, com mais de dois bilhões de receita. E, na semana que vem, quinta-feira, o deputado Miguel Coelho, do Estado de Pernambuco, vai estar aqui para termos uma discussão de interesse dos dois estados, a fim de que possamos resolver esse grave problema, já que o Lago de Sobradinho só tem 17% de água, quando era para ter, pelo menos 50%. Vamos chegar em setembro provavelmente na mesma situação catastrófica que o Estado de São Paulo chegou.

Queria fazer esse registro e agradecer a todos que participaram da Comissão de Divisão Territorial. Semana que vem continuaremos os trabalhos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ:- (Lê) *“Sr. Presidente, nobres deputados nesta sessão, gostaria de me manifestar abordando a importância das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) que são às pioneiras em adotarem Pedagogia da Alternância como princípios e práticas metodológicas de ensino profissionalizante no campo do Brasil e da Bahia.*

As EFAs surgem como iniciativa estratégica de promoção e desenvolvimento dos agricultores familiares, mas também como alternativa à falta de políticas públicas educacionais voltadas à realidade do campo. As políticas educacionais voltadas à realidade do campo são de fundamental importância para diminuir, ou mesmo, evitar o êxodo rural.

Nesse sentido, a prática da alternância adotada nos estudos das EFAs garante a permanência do vínculo familiar, as vivências culturais e auxilia no desenvolvimento de práticas ecologicamente viáveis na relação homem/meio ambiente.

No estado da Bahia as Escolas Famílias Agrícolas estão organizadas de forma, institucional e pedagógica por duas “redes” que reúnem 32 (trinta e duas) escolas sendo 22 (vinte e duas) à Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) e 10 (dez) filiadas à Rede de Escolas Famílias Agrícolas do Semiárido (REFAISA).

As EFAs filiadas às redes AECOFABA e REFAISA estão localizadas em 29 municípios do Estado da Bahia, atendendo mais de 3.500 estudantes, jovens agricultores; cerca de 3.000 (três mil) famílias e beneficiando 680 (seiscentos e oitenta) comunidades direta e, indiretamente.

As Escolas Famílias Agrícolas do estado da Bahia através das suas “redes” foi capaz de conquistar importantes avanços para o desenvolvimento da política pública de Educação do Campo, nesse sentido, podemos pontuar de forma esclarecedora várias ações educativas realizadas e outras que estão em andamento, sendo elas:

Reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEIFA);

Acesso às políticas públicas através dos órgãos governamentais no âmbito federal, estadual e municipal;

Reconhecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri) e Superintendência

de Agricultura Familiar (Suaf) como entidade prestadora de serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER);

Parceria com as Universidades Estaduais da Bahia nos cursos de Licenciatura Plena em Letras, História, Geografia, Biologia e Matemática para monitores e educadores das EFAs;

Curso superior de Tecnologia em Agroecologia, com ênfase em sistemas rurais sustentáveis em caráter temporário e regime especial, com parceria da Universidade Federal do Recôncavo;

Promulgação por esta Casa da Lei Estadual nº 11.352/2008, que assegura a celebração de convênios de cooperação técnica e financeira com as associações mantenedoras das EFAs;”

Estou lendo justamente isso porque quero me juntar às duas deputadas que fazem a defesa desse processo há muito tempo com uma bandeira histórica, Fátima Nunes e Neusa Cadore. Estou colocando também, deputado, o meu mandato em defesa, claro, dessa atividade no campo por entender que é extremamente importante.

Também sou homem do campo. Nasci no interior da Bahia, e a gente sabe da importância. Aliás, presidente, próxima às nossas cidades, a sua e a minha, no meio, em Antônio Gonçalves, existe uma escola assim, a Escola Família Agrícola.

Portanto, fiz essa leitura em função da importância dessas escolas nos Territórios de Identidade, sobretudo, do Semiárido da Bahia, diminuindo as diferenças na educação para o homem do campo.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia. Logo após, o deputado Herzem Gusmão.

Gostaria de falar aos deputados que, às vezes, dão as presenças mas não estão aqui na hora. Só se pode fazer a lista do Pequeno Expediente um minuto antes de começar, às 14h45min. Então, às vezes, o nosso amigo Carlos, que conhece mais do que todos nós juntos o Regimento da Assembleia, faz a lista, e alguns não entendem, principalmente alguns novatos, por que não foram incluídos na ordem. Não é a ordem de presença. É a presença estando no Plenário na hora em que ele faz a lista.

Com a palavra, por 5 minutos, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Canal Assembleia, que tem dado esta cobertura à Casa, venho à tribuna primeiro registrar que hoje tivemos uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor em comemoração ao dia 15 de março, domingo, o Dia Mundial do Consumidor.

Nós tivemos a presença de dois palestrantes: o Dr. Sérgio Schlang, que falou sobre os planos de saúde e os aumentos abusivos nos preços deles, e um representante do Procon, que fez uma panorâmica da atuação do órgão no Estado da Bahia.

O Sr. Presidente, nós mandamos um convite a várias autoridades, inclusive o representante da ANS, Agência Nacional de Saúde, e também para o Idec e o Proteste, órgãos que têm acompanhado as questões dos aumentos e igualmente os esclarecimentos aos consumidores.

A ANS tem regulamentado e direcionado os aumentos dos planos de saúde, que inclusive são abusivos, alarmantes e têm desrespeitado, principalmente, aqueles que têm os planos mais antigos, o que vem atingindo frontalmente os idosos.

Então, essa discussão poderia até ter sido melhor. Mas, com a falta de representantes da ANS, nós da Comissão ainda vamos trazê-los a esta Casa e pedir as explicações, porque a população da Bahia está sendo penalizada em todas as suas classes no que se refere à questão dos aumentos nos planos de saúde.

Não poderíamos deixar passar despercebida esta data tão importante, 15 de março, que comemorou também o Dia Nacional do Consumidor, instituído pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 2002. Temos sempre de trazer aqui o tema.

Ainda referente a essa data e tendo uma atenção especial aos consumidores, enviamos um ofício ao Procon para que na próxima semana o Procon Móvel esteja nesta Assembleia Legislativa para atender tanto os funcionários quanto as pessoas que a visitam. A vinda já está confirmada e acontecerá do dia 23 ao 26 da próxima semana para prestar esclarecimentos para que o consumidor realmente possa buscar e ter os seus direitos assegurados.

Acho que é muito importante a participação do Procon nesse processo, porque nós, como Casa Legislativa, temos de nos aproximar e unir forças. Agora, o povo da Bahia não pode ser lesado e prejudicado com as questões dos aumentos, quer seja do combustível, quer seja dos planos de saúde. Enfim, estaremos aqui vigilantes para defender os direitos do consumidor.

Então, Sr. Presidente, gostaria de registrar isso. E, graças a Deus, foi proveitosa aquela audiência em que a Comissão de Defesa do Consumidor implementou as suas ações não só aqui em Salvador, como também em qualquer outra cidade do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, presentes às Galerias que muito nos honram, quero agradecer ao deputado Luciano Ribeiro por lembrar a nossa querida Vitória da Conquista quando destaca que numa escola da cidade, a Maria Célia Ferraz, as aulas foram suspensas porque o Estado não pagou a energia elétrica. Ali é uma escola municipal, ela é uma escola municipal.

No entanto gostaria de lembrar ao deputado Luciano que nas escolas da rede pública do Estado as aulas foram suspensas na segunda-feira, e ontem os terceirizados estavam nas ruas fazendo um protesto por causa da falta de pagamento. A impressão que a gente tem é de que o novo governo ainda está estacionado no Palácio de Ondina, procurando saber quando vai começar a governar.

Gostaria de fazer um registro. Na audiência pública comandada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, deputado Marcelino Galo, o deputado Soldado Prisco apresentou dados preocupantes da violência de que são vítimas os trabalhadores da área da Segurança. Eu disse lá e repito aqui: o governo do Estado trata muito mal as forças de segurança.

E eu gostaria de registrar que, no ano passado, eu vi no jornal Correio da Bahia algo também preocupante, mostrando que a tropa, na Bahia, sofre de um mal: obesidade, o que, na verdade, a Organização Mundial de Saúde reconhece, hoje, como uma patologia, e esta obesidade da tropa é em função do abandono do governo do Estado, que além de não ter política de segurança pública na Bahia, não tem também uma política para amparar os homens que trabalham com a segurança pública. Esta obesidade da tropa tem uma razão, tem uma motivação. Sabemos que é moradia, salários, estresse e forças fragilizadas diante do crime organizado em todo o Estado da Bahia.

Sou de uma cidade, Vitória da Conquista, que é considerada uma das cidades mais violentas da pátria, e recentemente, uma estatística mostrou, e é bom a gente realçar, que Vitória da Conquista ocupa uma posição de 8º lugar, enquanto que Itabuna está em primeiro; e dados são também preocupantes em Camaçari e em outros estados da Bahia.

Portanto, venho aqui, hoje, fazer esse registro desta preocupação. E nós que vimos e presenciamos na Comissão de Segurança, que política de segurança pública faz-se não só cuidando – e o governo não cuida das forças de segurança com bons salários, com amparo, com assistência, mas também com programas.

Eu gostaria, ainda, de ter oportunidade de falar de um programa extraordinário que surgiu nos Estados Unidos, em 2003, e que o governo da Bahia trouxe para a Bahia em 1983, nos Estados Unidos, 2003 na Bahia, e esse programa, Proerd, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, continua estacionado, estagnado, precisando de política, precisando de governo e precisando de incentivo.

Esse programa, nós solicitamos do presidente Marcelino Galo que fizesse um ofício ao núcleo, à diretoria de ensino e pesquisa da polícia militar informando para a comissão estágio desse programa, para que a Bahia tome conhecimento, e que o governo saia do Palácio de Ondina, onde está estacionado, e venha, realmente, governar o Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, permutando com o deputado Adolfo Viana.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, queridos funcionários da Casa, galerias, estive atento ao pronunciamento do nobre deputado Luciano Ribeiro, quando ele trouxe à baila aqui os gastos do governo do Estado da Bahia com a fase preliminar de projetos da Ponte Salvador-Itaparica. E o Estado terminou desembolsando cerca de 90 milhões para fazer estudos e avaliações sobre a construção da tão falada ponte, que resolveria os problema de travessia Salvador-Mar Grande, para dar vazão e acesso à BA-001 em direção a Itacaré- Ilhéus e à BR-101, através de Santo Antônio de Jesus.

E podemos perceber que dos gastos elencados nesses R\$ 90 milhões, parece-me que se justificam, apenas, os gastos de cerca de R\$ 8 milhões para estudo de impacto ambiental, o famoso EIA-RIMA, que é um estudo que precede a qualquer iniciativa de projetos de construção, sobretudo quando se trata da travessia de uma baía, como é a nossa Baía de Todos os Santos.

Entendo que qualquer outro recurso, que tivesse de ser gasto, deveria, primeiro e ao menos, aguardar a liberação do licenciamento ambiental, porque, de outra forma, todo recurso, que pudesse ter sido gasto, poderia ter sido barrado na falta de licença ambiental.

Nós andamos no interior deste Estado. O próprio Luciano já foi prefeito. Eu, também, fui prefeito. Sabemos das dificuldades que tínhamos em conseguir licença ambiental. E, no caso, Luciano, tratava-se do litoral de Morro de São Paulo e Boipeba para construir mil metros de cais, nós passávamos por uma via-sacra para se conseguir uma licença ambiental.

Imaginem vocês a dificuldade que o Estado teria para conseguir esta licença, para, aí, sim, em seguida, continuar com os estudos de viabilidade de toda sorte para que, de fato, pudesse elaborar o projeto executivo da construção daquela ponte.

Portanto, nós podemos dizer que foram gastos recursos para tal estudo sem a observância dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com esses recursos, o Estado poderia ter construído cerca de 1.800 casas populares. Com esse mesmo recurso, o Estado poderia ter construído, aproximadamente, 450 unidades de Saúde da Família ou cerca de dois hospitais de atendimento de excelência.

Poderia, talvez, concluir a ponte da travessia Ilhéus-Pontal ou asfaltar cerca de 360 quilômetros de estradas e rodovias aos preços praticados pelo próprio Estado que gira em torno de R\$ 250 mil por quilômetro linear. Isso, claro, foram gastos no governo passado.

Acho que o atual governador deve estar atento para esta situação de cuidado com o gasto público, até mesmo pelo que foi demonstrado pelo secretário da Fazenda, as dificuldades pelas quais passa o governo do Estado.

E, para fechar as suas contas de 2014, teve de se usar de determinados artifícios que não são normais no decorrer do exercício fiscal, como fazer antecipação de,

aproximadamente, R\$ 1 milhão em royalties, receitas futuras, como a venda da conta de salários de funcionários públicos ou outros créditos de receitas vinculadas. Provavelmente, em relação a esses artifícios, o Estado não terá este ano.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, peço um pouco de tolerância até porque, no início, foi gasto um tempinho do nosso em uma discussão, parece-me, da substituição que fiz pelo deputado Adolfo. Portanto, creio que ainda tenho mais 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não, não pode. Aí, os outros colegas ficam ser falar, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Calma, Srs. Deputados, só para relaxar um pouco.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, quero registrar, aqui, o nosso protesto. Quero registrar, aqui, a nossa posição contra procedimentos como os procedimentos de ordens orçamentária e financeira, adotados pelo governo passado, pois trarão maiores dificuldades ainda para o atual governo.

Digo isso sobretudo em relação àquele povo do interior que precisa de atendimento de saúde, que precisa ser atendido nos hospitais de emergência, sobretudo àqueles que precisam de residência, de habitação dignas para sobreviver, precisa de uma atenção melhor do governo do Estado, do governo federal e também dos governos municipais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior por 5 minutos.

Como o deputado Leur Lomanto Júnior será o último orador do Pequeno Expediente, por acordo, depois vamos colocar dois do governo e dois da Oposição. Manasses e Joseildo Ramos são os do governo? Dois do governo e dois da Oposição, repito.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ouvi atentamente diversos pronunciamentos, principalmente no que diz respeito à construção da ponte Salvador-Itaparica.

Ao longo desses 8 anos de mandato tenho sempre erguido minha voz em defesa dos interesses da Ilha de Itaparica, da Baía de Todos os Santos e toda aquela região. O que podemos observar, e eu já tive a oportunidade de trazer esse assunto, são as promessas eleitoreiras. A ponte Salvador-Itaparica nada mais foi do que uma promessa eleitoreira que vem se arrastando de eleição em eleição para enganar o povo da Bahia.

O mais grave com relação à ponte Salvador-Itaparica é o que está noticiado em vários veículos de comunicação, se gastou a pequena quantia de R\$90 milhões para

realização de estudos...

O Sr. Rosemberg Pinto:- É pouco ou muito?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- V.Ex^a é que deve dizer. É pouco ou muito? Foram R\$90 milhões jogados no lixo, deputado Rosemberg Pinto. Isso é gravíssimo. Jogados no lixo porque sabemos que não sairá ponte nenhuma.

Em vez de estar sendo aplicado na saúde, na educação, pegam R\$ 90 milhões para fazer uma propaganda gigantesca para reeleger o governador Jaques Wagner, primeiramente, e depois eleger o governador Rui Costa, e simplesmente não existe ponte nenhuma.

Assim vem se arrastando o governo do PT. Cito mais um exemplo aqui, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, do desperdício do dinheiro público. Está aqui do nosso lado, o Estádio de Pituaçu. Mais de R\$100 milhões, deputado Manasses, R\$100 milhões, se formos computar a passarela. Pode ficar na passarela, deputado Luciano, olhando para ver se passa alguém por ela. Fiz um teste num outro dia, fiquei meia hora embaixo... Ninguém, a passarela é para ninguém passar, pois foi feita para quando tivesse Ba-Vi, na Fonte Nova, os jogos do Bahia, porque quando o Bahia joga, tem multidão, diferente do Vitória. Está aí o estádio, um verdadeiro elefante branco! Elefante branco, deputado Rosemberg Pinto. Cem milhões de reais mais uma vez jogados no lixo.

É dessa forma que se trata o dinheiro público? Temos de ter prioridade. Estamos num Estado em que a violência só faz aumentar. Quero destacar a boa vontade e o trabalho do secretário Maurício, mas infelizmente, sem dinheiro, sem recursos ninguém faz nada.

Se o governo elege-se a segurança pública como prioridade, tinha que injetar recursos, injetar dinheiro, não se pode culpar o secretário. O secretário tem a boa vontade de acertar, de fazer, mas, se não dão prioridade à segurança pública, milagre ele não pode fazer.

Mudando de assunto, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, hoje recebi uma triste notícia. A crise se agrava no nosso País com o aumento da gasolina, aumento da energia, o desemprego crescente, o povo indo para as ruas indignado com a situação do País. E não me venham dizer, porque a mania do PT é descaracterizar os movimentos – “Ah, não teve ninguém”, não sei o quê. Mas hoje são as pesquisas que estão dizendo: mais de 80% da população brasileira reprovam o governo da presidenta Dilma Rousseff.

E hoje recebi, devido justamente a essa incompetência do governo do PT, a notícia de que mais 500 pessoas estão sendo desempregadas na minha cidade, Jequié. A empresa Ramarim, a maior indústria geradora de empregos na cidade de Jequié, demitiu 500 pessoas, deputado Carlos Geilson. Já foram demitidas não sei quantas mil na FIOOL, que foi outra propaganda enganosa do governo, que fazia questão de colocar 3 outdoors seguidos como se o trem já estivesse passando, mas nada de ferrovia, nada de Porto Sul, ou seja, o governo do engana, engana, a população da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, a sertaneja deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra para uma comunicação inadiável a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Faço essa comunicação inadiável, mais uma vez, convidando todos os deputados, os servidores desta Casa, todas as mulheres desta Casa, para uma sessão especial amanhã, às 14h30min, sessão em conjunto da presidência da Comissão dos Direitos da Mulher e da deputada Luiza Maia. Sei que a sessão é das mulheres, mas a Casa é uma só e a causa também é de metade da população. É uma sessão que vai homenagear a professora Ana Alice Alcântara Costa e fazer a discussão sobre a reforma política.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Acho que a causa não é da metade da população, a causa das mulheres é da população inteira.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Viana, meu conterrâneo lá das barrancas do São Francisco, Sr^s e Srs. Deputados, fiz questão de vir à tribuna hoje, talvez não dê tempo de ler todo o texto, mas quero que fique registrada nos Anais desta Casa uma moção de aplausos ao governo do PT. Estou falando da cidade de Tucano, onde nós, população tucanense, elegemos para prefeito o jovem Igor Moreira Nunes.

Trata-se de um médico formado pela Universidade Federal da Bahia, mas eu queria ler e fazer referência aos serviços e às políticas públicas que ele tem desenvolvido no seu município que têm melhorado consideravelmente a qualidade de vida do nosso povo do sertão.

Com o trabalho que está sendo feito lá, nós estamos universalizando o acesso à água. E digo “nós” porque é um projeto em parceria do governo municipal, do governo estadual e do governo federal. Tanto com o programa das cisternas de placa, como as cisternas de polietileno, tanto as cisternas de consumo, como as cisternas de produção. Mas não somente a questão da água. Queria também frisar a questão da saúde pública. Ele que é médico, e que na época em que a presidente Dilma implantou o Programa Mais Médicos, que foi tão criticado por alguns médicos brasileiros, uma boa parte. Ele, enquanto médico, foi um dos primeiros a aderir ao programa, levando para o seu município 12 profissionais que, hoje, trabalham nesse programa atendendo as comunidades rurais mais distantes dos municípios. Inclusive,

com atendimento oftalmológico para mais de 500 estudantes e, também, aqueles que necessitam de óculos puderam receber gratuitamente. Fez a aquisição de veículos tanto para a circulação dentro do município como também de um transporte com 15 lugares para trazer aqueles que precisam fazer tratamentos mais especializados aqui em Salvador ou em Feira de Santana.

Então, percebemos a alegria e a satisfação do povo de Tucano que, nesse final de semana, dia 21, completa mais uma data de aniversário. E o povo recebe, nessa data de aniversário, mais um equipamento de esportes. Não apenas esse equipamento foi entregue, porque consideramos, também, as quadras poliesportivas, todos os equipamentos, investimento com monitores, realização de campeonatos, copas, inclusive participando da Copa do Caju. Tem envolvido os jovens, a população tanto da cidade, da periferia, como também da área rural num programa esportivo das diversas modalidades. Consideramos isso muito importante para que a nossa juventude seja incluída em outras motivações, inclusive se preparando para participar aqui em Salvador de outros times que disputam o esporte em nível estadual.

Queria, também, fazer uma referência de grande valia, ao cuidado com a agricultura, com o meio ambiente, com o desenvolvimento sustentável. Além da ampliação da oferta da água, também os cuidados com os mananciais, a exemplo da Lagoa da Melancia, do Riacho do Peixe, do Programa Araci Norte, do projeto Mandacaru, que tem no seu conjunto aquele cuidado de levar a água, mas também distribuir a conscientização ecológica para a preservação, para os cuidados, porque queremos água não apenas para essa geração, mas para as gerações futuras.

Sei que nosso tempo encerrou, queria pedir apenas a permissão do nosso presidente para ressaltar que, domingo, dia 22, Dia Mundial da Água, lá, no município de Paripiranga, faremos um estudo com as comunidades rurais, o dia inteiro, uma conscientização e teremos a inauguração de muitas comunidades que agora receberam, através da Embasa, o acesso à água.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Disponha sempre, nobre deputada Fátima.

Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao grande deputado Adolfo Viana. Apenas registrando que V.Ex^a fica muito mais elegante presidindo esta sessão do que do assento que V.Ex^a faz uso todas as tardes.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço, deputado Rogério Andrade, presidente desta sessão, me honra muito sentar nessa cadeira que V.Ex^a ora ocupa.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, todos que nos acompanham através da TV Assembleia, ouvi aqui atentamente o deputado Leur Lomanto, desta tribuna, fazer um discurso que vale a pena ser comentado. E eu não só vou comentar como vou acompanhá-lo nas suas palavras, meu querido amigo, deputado Rosemberg Pinto.

O deputado Leur Lomanto Júnior chama a atenção do governo do Estado da Bahia que já gastou mais de 90 milhões de reais com estudos para a realização da ponte Salvador-Itaparica. O mesmo governo do Estado que gastou mais de 90 milhões de reais com esses estudos, é o mesmo governo que afirmava que a ponte seria concluída até o final desse mandato. Ninguém tem mais dúvida de que a ponte Salvador-Itaparica só existe e só existirá na propaganda do Partido dos Trabalhadores. O PT já gastou a bagatela de 90 milhões de reais com estudos para a ponte. Gastou também outros tantos milhões de reais para fazer a propaganda dessa obra, que sabemos que não irá acontecer.

Assim, deputado Luciano Ribeiro, aconteceu também com a Ferrovia Oeste-Leste. Quem acompanhava as propagandas do governo anterior a esse, porque esse é a continuidade do governo anterior, naturalmente, percebia também que a Ferrovia Oeste-Leste já funcionava. O trenzinho na televisão passava soltando fumaça. E levava para onde, deputado Rogério Andrade? Para o Porto Sul. Também na propaganda do PT, já funcionava.

Ora, se observarmos que esse governo já gastou uma fábula de dinheiro com estudos de projetos que não virarão realidade, com propagandas enganosas, temos que ficar preocupados. E não podemos aceitar que determinados parlamentares subam a esta tribuna e abusem da sabedoria dos baianos. Não é razoável, deputado Luciano Ribeiro, que os parlamentares usem esta tribuna para dizer que o governo vai bem, que o governo está voando. Não! A realidade é inversamente proporcional. O governo vai mal, a segurança pública não vai bem, e já afirmei que temos um secretário gabaritado, mas precisamos de planos de trabalho, investimentos. Talvez esses recursos que foram usados de forma equivocada tanto na questão da propaganda quanto nos estudos da ponte e da Ferrovia Oeste-Leste, na segurança pública, a realidade de nosso Estado seria completamente diferente.

Hoje, sabemos que o destino preferencial do crime organizado é o Estado da Bahia. No dia em que não tem assalto a banco, no outro dia tem assalto a banco, quer dizer, o nosso Estado está completamente vulnerável e o crime organizado está mandando e desmandando, principalmente nas cidades do interior do Estado.

Meus amigos e minhas amigas, durante esta semana ocupei esta tribuna tentando chamar a atenção dos deputados governistas para a questão do movimento que aconteceu nas ruas, no domingo passado. Alguns tentaram descaracterizar o movimento, alguns chegaram a dizer que só existia uma pequena parte da elite brasileira fazendo parte do movimento. E, hoje, sai a pesquisa do Datafolha, deputada Fabíola Mansur, e diz que a presidente Dilma bateu o recorde, igualando-se ao mesmo recorde que bateu naquele momento o ex-presidente Fernando Collor de Mello; ela atingiu 86% de péssimo, ruim e regular. Por que isso aconteceu? Porque a presidente Dilma enganou os brasileiros no período pré-eleitoral, afirmando que a gasolina não iria subir, afirmando que a energia não iria subir, afirmando que iria controlar os impostos. Ganhou a confiança, ganhou o voto, ganhou as eleições e traiu a confiança do povo, não realizando as suas promessas de campanha.

Vou finalizar o meu discurso dizendo que o povo brasileiro está evoluindo porque não está aceitando mais essa conversa fiada da presidente Dilma para se reeleger. E agora o povo brasileiro quer uma resposta concreta, deputado Rogério Andrade. Não mande mais, presidente, ministro da Justiça, o outro ministro que esqueci o nome, não conheço direito dar a resposta que a ela cabe dar.

O povo brasileiro continua aguardando uma resposta da presidente à altura do movimento que foi feito no domingo passado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Manassés pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MANASSÉS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, boa-tarde, quero dizer que faço parte da Comissão de Desporto e Paradesporto e Lazer do Estado da Bahia. Hoje tivemos uma reunião fantástica, com atletas paraolímpicos, na qual demos oportunidade aos representantes do esporte da Bahia de falarem das suas necessidades, de tudo que estão precisando e do que falta no esporte do Estado.

O tema geral é sempre a falta de incentivo, porque não há como fazer esporte. Disseram que através do esporte é possível evitar que os jovens se envolvam com as drogas.

Eu, Manasses, tenho mandato de deputado estadual, porque faço um trabalho de recuperação de dependentes químicos no Estado da Bahia. Houve um reconhecimento da população, por isso ocupo este mandato, nesta Casa. Vejo que o esporte pode ser uma ferramenta afiadíssima, fantástica, para a prevenção de drogas.

Faço parte também da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Saúde. Vou dar um exemplo: se o governo investisse o que gastou, não só com Pituaçu, mas com a Fonte Nova também, na educação e no esporte, um pouquinho...

Estão sendo construídos muitos presídios, e têm de ser construídos, porque não diminui a quantidade de pessoas que são presas.

Será que se se investisse um pouquinho da verba que se gastou com a Fonte Nova no esporte não teríamos menos jovens se envolvendo com as drogas, com o crime? Um terço dos nossos jovens está consumindo drogas lícitas e ilícitas, isso é fato.

Itabuna é o município do País onde foram assassinados mais jovens. A Polícia Federal fez uma apreensão de 200 mil pés de maconha, quase 57 toneladas de maconha plantadas em nosso Estado.

Recebi um pedido de socorro de uma diretora da Escola Estadual Moura Bastos – que fica em São Caetano –, segundo a qual, há três dias os funcionários da escola eram obrigados a fechá-la. Há 700 a 750 alunos que não podem ir à escola, que já está fechada há três dias.

Perguntei-lhe o que estava acontecendo. Ela disse que receberam um

comunicado de duas facções, ligadas ao tráfico de drogas, que estão brigando, dizendo que deveríamos fechar tudo, porque os alunos estavam correndo risco de vida, mas que o crime organizado a respeitava.

Eu perguntei: “Como é que é, diretora, o crime organizado te respeita?” Ela disse que a avisaram. Eu fiquei assustado, não pela atitude dela. Quem não tem medo, hoje, da violência? Quem não tem medo do crime organizado? Todo mundo tem. Ela disse que o crime organizado a respeita. O que significa? Que a sociedade está aceitando essa violência, está aceitando a criminalidade, está aceitando o crime organizado dentro do nosso Estado de uma maneira normal. Isso é que tem me assustado.

Todos os deputados estão aqui para representar a família, para isso fomos eleitos, por isso estamos aqui. Então, cabe a esta Casa cobrar, sim, do governo, uma providência nesse segmento. Investir na educação, investir no esporte. Com isso, sim, vamos diminuir o dinheiro que é gasto nos presídios, que é gasto para manter os presos lá dentro, que hoje não é barato. O dinheiro que se está investindo em ponte, passarela e até em estádio, um percentual desse dinheiro poderia ter sido investido em educação. E com isso não precisariam construir tanta cadeia e tanto presídio.

Peço aos colegas que vejam isso com bastante atenção, porque estamos falando não só dos filhos dos nossos eleitores, estamos falando dos nossos próprios filhos, da nossa própria família, que não está longe de sofrer com a violência dentro do Estado da Bahia. Penso, sim, que devemos não só cobrar, mas mostrar projetos, atitude, para que o povo, as famílias, a estrutura do ser humano não venham a continuar sofrendo com essa violência dentro do nosso Estado.

Obrigado pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, imprensa, Galerias, amigos e colegas deputados e deputadas, boa-tarde.

De ontem para hoje, tivemos a confirmação infeliz – mais uma infelicidade no momento difícil que estamos passando no nosso País – da provável demissão de 6 mil empregados que estavam trabalhando em todas as etapas da Ferrovia Oeste-Leste. Ferrovia importantíssima para muitas regiões do nosso Estado, para o nosso Estado como um todo, para o País, por que não dizer? Mas que enfrenta os mesmos problemas que muitas obras estruturantes do País enfrentam. Falta dinheiro, falta projeto, falta vontade política, falta planejamento.

Não falta dinheiro para lançarem os programas PAC1, PAC2, PAC12, PAC15, para eleger alguém. Não falta dinheiro para prometer a ponte Salvador-Itaparica. Mas na hora de executar a obra, infelizmente, falta dinheiro. Sobra dinheiro para pagar R\$ 35 para a CUT protestar, para o MST; sobra dinheiro para colocar 40 ministros; sobra

dinheiro para dar emprego a todos os companheiros. Enfim, sobra dinheiro para tudo isso, mas falta dinheiro para obras de infraestrutura. Falta dinheiro para o trabalhador; tem de cortar dinheiro do trabalhador para financiar campanha.

Infelizmente, ouvimos aqui, por diversas vezes, durante a semana, alguns colegas desmerecerem as passeatas e as caminhadas, dizendo que havia um ou outro gato-pingado falando a respeito da ditadura. Com certeza, 99,9% da população do Brasil não aceitam isso. Hoje, tentaram desqualificar dizendo que teve quebra-quebra, briga, mas todos viram que foi um movimento pacífico, diferente de outro dia, quando houve um protesto na frente da Petrobras, e eu vi vários homens de vermelho batendo num senhor. Teve foto em capas de todos os jornais.

O povo está atento. Mas, segundo o governo do PT, o povo não participou daquele movimento, quem participou do foram brancos e ricos. Só que 62% da população avaliam o governo da presidente Dilma como ruim e péssimo; 24% regular – ou seja, a presidente não tem o respeito desses também –, e 13% ótimo e bom. Aqui no Nordeste, 16% consideram ótimo e bom. Sobra dinheiro para tudo.

Com a presidenta falando em humildade, lembrei daqueles filmes e das histórias romanas que tinham os Césares, Máximus, Próximus, o implacável, o bondoso; e tem a Dilma Rousseffs, a humilde; Lula Inácio, o que não sabia. Depois que começou a brincar com o país de “eu não sabia”, as coisas vêm acontecendo, presidente, parece uma republiqueta que não tem comando.

O PT não sabe o que faz, não sabe que rumo toma. Finge que o Brasil nasceu agora, que a corrupção nasceu agora. Quer colocar todos nos mesmos cestos. Mas temos números, a Justiça nunca recuperou, em toda a história, tanto dinheiro já como recuperou agora. Dos petrodólares do petrolião que foram para fora, ao menos 200 milhões de reais já retornaram. Parece que a maior, salvo engano, que já havia sido feita no país foi de 40. O maior escândalo de corrupção do país tenta nos confundir. Tentam lembrar de ditadura, lembrar disso e daquilo, mas não assumem, não batem no peito e assumem que o governo está errado.

Existe desvio na Petrobras para beneficiar deputados que estão lá sendo investigados. E esses deputados servem a quem? Estão fazendo o que na Câmara dos Deputados? Custa a mim acreditar que há um acordo entre o diretor da Petrobras e um bocado de deputado que vota emenda, sabe lá como, vota projetos absurdos, inclusive burlando a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma das maiores conquistas do nosso País. Depois que, no ano passado, desobedeceram a Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo aquela manobra política no governo federal, qualquer um hoje pode se arvorar a dizer que a presidente Dilma criou uma jurisprudência que fere o país.

Para concluir, presidente, estamos muito tristes com a situação do país, que vive uma crise, mas estamos felizes porque o Brasil está acordando, e hoje foi noticiado que mais de 80% dos brasileiros não acham bom nem ótimo esse governo que aí está.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Paulo Rangel, quem é o próximo?

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Rosemberg Pinto, depois deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sras e Srs. Deputados, servidores, visitantes, imprensa, presidente, quero usar esse tempo pois tenho feito uma discussão sobre a educação no Brasil e na Bahia, e tenho citado como exemplo o município de Licínio de Almeida. Hoje, pela manhã, o jornal da manhã, da Rede Bahia, apresentou um documentário sobre Licínio de Almeida.

Ouvi uma entrevista e uma declaração de uma professora falando da importância da autoestima dos professores e dos alunos para ajudar no nível de aprendizado. Fiquei extremamente empolgado porque, mais uma vez, Licínio de Almeida é o maior IDEB da Bahia.

Não tem uma escola privada no município – nada contra a iniciativa privada. A determinação e a compreensão do prefeito da cidade que, ao assumir a prefeitura no seu primeiro mandato - e não é do meu partido, não votou no meu governo - tomou uma decisão de matricular seus filhos na escola pública e de solicitar aos secretários e secretárias que colocassem os seus filhos na escola pública. A escola pública, hoje, é um exemplo para a Bahia no Ensino Fundamental.

Acredito que essas coisas precisam ser divulgadas. Passamos o tempo inteiro, aqui, falando das coisas ruins. Não acho que não devamos falar, mas é preciso falar das coisas boas também, para que possamos replicar atividades como essa nos outros municípios.

Aqui, deputado Leur Lomanto Junior, quero dizer – não quero, aqui, obviamente, entrar no mérito do conhecimento de cada um, às vezes, por desconhecer – que o investimento que foi feito nos estudos e no projeto executivo para a ponte nesse segmento não abarca valores extraordinários. São valores do mercado, porque é um projeto de grande monta. Podemos até discordar do projeto, mas em termos dos estudos, dos valores e tal... Nós, eu e o deputado Jânio Natal, trabalhamos na Petrobras por muito tempo e sabemos o que é um trabalho de prospecção e de avaliação do subsolo marinho.

A partir desse trabalho, poderemos executar os trabalhos necessários para termos um equipamento de boa qualidade. Desprezar esse projeto, na minha opinião, é pensar pequeno, principalmente na região do Baixo Sul da Bahia. Nós precisamos, porque a e, mas a criação de um vetor de desenvolvimento para essa região que precisa estar no foco pensar do desenvolvimento do nosso estado.

Assisti a fala do deputado Hildécio Meireles, nesse instante, que é daquela região do Baixo Sul, mas não entendi a sua colocação. Parece-me que ele se posicionou contrariamente à criação da ponte, e pensar dessa maneira é ir de encontro

ao desenvolvimento daquela região que compreende os municípios de Valença, Cairu, Camamu, Grapiúna e Nilo Peçanha. É importante que essa região esteja nesse vetor de desenvolvimento.

Quero aproveitar, deputado Paulo Rangel, esses minutos que tive na tribuna para valorizar o ensino público e gratuito como um dos grandes vetores de desenvolvimento humano. Nós precisamos retomar esse debate diariamente.

Quero parabenizar, mais uma vez, o município de Licínio de Almeida por ter o melhor Ideb do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pelo tempo de até 5 minutos falará o deputado Carlos Geilson, grande liderança de Feira de Santana. (Pausa.) Na ausência falará...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Vou fazer a questão de ordem, Sr. Presidente, mas antes gostaria de dizer que compartilho daquilo que foi colocado pelo deputado Rosemberg Pinto. Conheço um outro município que é exemplo, assim como Licínio de Almeida. No município de Ibipitanga não existe escola privada – com todo o respeito à iniciativa privada desse ramo –, e o nível de aprovação dos alunos, principalmente no Enem, tem sido bastante alto e elogiável.

É preciso, realmente, que a classe média faça uma reflexão de que a melhoria do ensino público passa, realmente, pelos seus filhos frequentarem esse ambiente. Essa é uma reflexão que tem de ser feita pelo agente público.

Sr. Presidente, o Grande Expediente seria usado pela Situação, mas em razão da baixa frequência, muitos deputados estão fora da Casa, resolvendo problemas junto às Secretarias, nós entendemos que vamos trabalhar este Grande Expediente para uma discussão mais aprofundada que vai levar um determinado tempo, até em virtude do que tem acontecido no País. E, devido a isso, eu peço a V.Ex^a uma questão de ordem no sentido de que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado Paulo Rangel.

Questão de ordem do deputado Leur Lomanto, um dos grandes líderes do PMDB da Bahia.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, o grande líder do PMDB da Bahia é o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Um dos grandes líderes. Um dos grandes, porque o PMDB tem grandes líderes na Bahia. V.Ex^a é um deles.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Um dia ainda serei, presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria só de esclarecer ao meu amigo deputado Rosemberg que de maneira nenhuma questioneei a aplicação do recurso de R\$ 90 milhões - ou de valor algum - com relação à elaboração de projetos para a construção da ponte Salvador/Itaparica. Não estou discutindo o mérito da construção da ponte ou não. O primeiro questionamento foi acerca da falta de planejamento, sobre você fazer um investimento de R\$ 90 milhões sem ter a segurança de possuir os recursos para realizar a obra. Isso para mim é uma falta de planejamento do governo. Estamos em uma crise econômica admitida pelo próprio governo, que não sabe se vai ter condições de dar continuidade a esse projeto. Aliás, já disse que não vai ter.

A outra questão, deputado, é prioridade. Isso sempre debati aqui e faço esse debate na mais alta clareza. V.Ex^a é representante de Itaparica, foi votado lá, assim como eu. Aquela região toda tem deficiências graves, como também outras cidades da Bahia, de infra- estrutura, educação e segurança, principalmente.

Levantei esta discussão no Plenário em diversas oportunidades, pois na minha opinião, antes de se pensar em elaborar um projeto desses, dessa magnitude e com essa gastança de dinheiro na ponte, seria preciso fazer uma avaliação dos municípios que seriam beneficiados. E não quero discutir a importância da ponte ou não, se ela é necessária ou não. Acho que por um lado é importante, sim. Vai criar um novo eixo de saída para o nosso Estado.

Agora, é prioridade? Antes disso, creio que melhor seria se fossem levantadas e analisadas as deficiências e prioridades dos municípios daquela região, estabelecendo qual prioridade mereceria investimentos em cada município para, depois de sanadas as dificuldades, que são grandes, se pensar na construção da ponte.

Gastam-se R\$ 90 milhões num estudo da elaboração de um projeto?! Se fossem gastos para melhorar a saúde, a educação nos municípios que sofrem também com a questão da segurança pública, da falta de emprego, da infraestrutura precária... V.Exa. é de Itaparica e sabe que lá o problema da segurança pública é terrível! E quantas obras de infraestrutura são necessárias nessas cidades, naquela região!

Então, foi esse o questionamento. Primeiro, a falta de planejamento. Gastam-se R\$ 90 milhões, e não tem mais dinheiro para nada. A economia do País passando por uma crise difícilíssima, o Estado da Bahia também sem recurso para nada. E agora fica aí a insegurança se vai ter verba, se vai dar continuidade à ponte. Mas o próprio governo já admitiu que não vai, aquele valor poderia ter sido aplicado em outras melhorias.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Os senhores não vão debater a ponte Salvador-Itaparica em questão de ordem!

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Então peça os 15 minutos, que ele usa os 5, e os outros serão usados por outros parlamentares que estão a caminho do Plenário para dar suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito que seja marcado o tempo

de 15 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Solicito 5 minutos dos 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Leur, o meu questionamento sobre o valor de R\$ 90 milhões, na realidade, é que houve um planejamento, sim, com relação ao projeto da ponte Salvador/Itaparica. Pelo contrário, há um planejamento.

Não sei se o prefeito de Itaparica é ligado ao deputado Leur Lomanto ou ao deputado Rogério Andrade. Mas tanto a Prefeitura de Itaparica quanto a de Vera Cruz fizeram um estudo detalhado, num convênio que faz parte desse estudo, para debater exatamente as diversas demandas e os impactos sociais na Ilha de Itaparica, dentro de um traçado de planejamento para a implantação do empreendimento.

Na realidade, desde que se iniciou o projeto da ponte, ela está planejada para uma PPP. Estou muito à vontade para falar sobre essas questões aqui, por isso defendo esse tema como algo planejado, importante e com perspectiva de investimento.

O que o Bahia Econômica coloca hoje, e gerou esse debate aqui, é que as construtoras que estavam interessadas no empreendimento estão envolvidas nas investigações da Operação Lava Jato, e o editor levanta uma preocupação: se haverá empresas interessadas no projeto. É nesse sentido.

É uma PPP que tem um interesse, e todos os estudos já foram feitos sobre a viabilidade econômica do empreendimento. O que foi um equívoco foi a construção da Fonte Nova. E fui contra aqui, no Plenário. Fui contra a Copa, e saí da Secretaria da Copa porque não queria me prestar a esse tipo de serviço, entendendo que aquilo não tinha previsibilidade econômica, como não tem hoje. O Estado terá que assumir um valor significativo, porque aquilo não funciona. Foi uma decisão equivocada.

Estou à vontade porque fiz isso. E o fiz dentro do meu governo, que tomou essa decisão. Na minha opinião, essa posição foi equivocada. Acho que Pituaçu não deve ser questionado, porque é um empreendimento que atendia às demandas locais. O grande problema do atendimento foi exatamente a Fonte Nova, porque o local não comportava mais, visto que já existiam problemas com a comunidade local, do ponto de vista de atendimento às diversas ações que estão ali.

A ponte, não. A ponte foi um empreendimento planejado. Estamos vivendo um momento em que a economia do mundo nos permite rever determinadas posições. E, obviamente, as empresas que poderiam ter determinados interesses nesse segmento – é o que o Bahia Econômica questiona –, podem estar desinteressadas nesse momento; porque, como vivem de captação de recursos no sistema financeiro, nenhuma delas terá capacidade de absorver financiamento para um empreendimento dessa envergadura.

Por isso concordo em parte com V.Ex^a, que esse empreendimento não vai para frente por falta disso. Mas o planejamento e a intenção da viabilidade como desenvolvimento, e de viabilidade econômica para quem for entrar no empreendimento, na minha opinião, tinha certa consistência.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu me inscrevi por 5 minutos para fazer um comentário acerca de posicionamentos que vi ontem em vários jornais sobre a reforma política tão necessária como instrumento de combate à corrupção. Ela que seria um componente importantíssimo. A reforma política seria a reforma-mãe.

Mas no noticiário de ontem, pude ver que não existe vontade de uma grande parte, talvez da maioria dos representantes políticos no Congresso Nacional, de fazer uma reforma política para valer. Primeiro, quando se opta novamente por financiamento privado de campanha, sabemos que essa coisa não está sendo tratada com seriedade, já começam a colocar uma pá de cal. E com um argumento muito fraco, não só do ponto de vista teórico mas do ponto de vista prático com o que temos visto hoje, o de usar dinheiro da população para fazer política, quando sabemos, diante, inclusive, dos escândalos atuais, que o preço para a sociedade seria bem menor. Então, não se quer fazer reforma política quando se defende financiamento privado de campanha.

Segundo, aponta-se para um novo modelo, e aí vamos ter que debater o chamado distritão, em que os deputados mais votados seriam os eleitos. Isso acaba com todo o conteúdo filosófico da disputa político eleitoral, ou seja, vamos fazer do processo eleitoral um processo extremamente pragmático. O programático deixa de existir. Não vai haver mais debate de ideias. Vai ser uma exacerbação pragmática cruel.

Então, na verdade, o discurso que tem sido feito por parte da classe política, em relação à necessidade de uma reforma, neste momento é uma panaceia. Não se tem vontade realmente de se debruçar num processo que culmine numa reforma política séria. E aqui não estou apontando nomes, não estou apontando pessoas. Mas chego à constatação, eu que fui contra que se fizesse um plebiscito para que a partir daí se definisse a reforma política ideal porque isso é possível, porque é um assunto de certa forma até acadêmico, que, ou se elege uma assembleia nacional constituinte exclusiva para discutir esse tema, ou não teremos reforma política e o processo será eivado de contradições como sempre.

Então, era isso que eu queria falar, Sr. Presidente, nestes 4, 5 minutos. Tenho uma divergência profunda ao que está sendo apresentado e já começo a perder a crença de que teremos uma reforma política séria sendo implantada neste País.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Antes de passar a palavra para o nobre deputado Luciano, eu gostaria de registrar a presença do grande ex-deputado Pedro Alcântara, deputado por seis vezes no Estado da Bahia e que muito nos honra com sua presença hoje à tarde neste Parlamento.

Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço uso da palavra novamente para apenas fazer algumas constatações e

observações, tendo em vista que o tema sobre a ponte foi por mim levantado, em primeiro lugar, nesta tarde. Após a fala do grande deputado Rosemberg Pinto que, com maestria, sempre defendeu seus princípios, os seus pensamentos, queria apenas dizer que, primeiro, em nenhum momento – e aqui porque não cabe essa discussão – nós questionamos valores de mercado do que foi aplicado. O que se discutiu e o que se trouxe à discussão hoje nesta tarde foi princípios da administração pública. Reconheço que a administração pública possui, dentre os seus princípios um que acho da maior importância: o Princípio da Eficiência.

O Princípio da Eficiência na Administração Pública quer dizer que cada gestor, ainda que sonhe... E eu falei em sonhos. Todo baiano sonha em ver essa ponte. Eu moro no Sudoeste e essa ponte, se construída, obviamente que irá diminuir, e muito, a minha viagem ao Sudoeste da Bahia. Mas é bonito sonhar. Só não podemos usar o dinheiro público para continuar sonhando sem que esse sonho se torne realidade.

E o que eu quero dizer com isso? O meu questionamento é que foram gastos R\$ 90 milhões! Como disse, aqui, o deputado Leur Lomanto Junior, deve a Administração Pública sempre ter prioridades. É preciso que se priorize para que o dinheiro público seja o mais eficiente possível.

E a minha colocação, deputado Rosemberg, é que a Administração Pública, nesse caso específico, e em tantos outros que citei aqui, não atendeu ao Princípio da Eficiência. Foi a Administração Pública, nesse caso, inapta e inepta. Essa é a nossa posição.

Muito obrigado.

Boa-tarde a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Como não há mais nenhum orador inscrito e como há apenas nove Srs. Deputados presentes no Plenário, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*